



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681356 - SP (2021/0226341-9)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : RENAN ROCHA  
**ADVOGADO** : RENAN ROCHA - SP327350  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATEUS RODRIGUES QUEIROZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MATEUS RODRIGUES QUEIROZ, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001306-86.2016.8.26.0052).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão no regime inicial fechado, como incurso no art. 121, § 2º, incisos IV e VI, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que a fixação do regime prisional mais gravoso violaria o art. 33, § 2º, *b*, do Código Penal.

Afirma que o réu preencheu os requisitos para a progressão para o regime semiaberto em 19.11.2020.

Alega que o regime fechado teria sido fixado com base na gravidade abstrata do delito pelo qual o acusado foi condenado, inexistindo circunstâncias judiciais desfavoráveis, o que afrontaria os verbetes 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Argumenta que o réu teria direito de recorrer em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção do regime prisional mais gravoso e para a preservação da prisão preventiva do paciente (e-STJ fls. 44/45):

[...]

*O regime inicial, considerando-se as circunstâncias concretas do crime homicídio tentado, contra sua companheira, por razão de somenos importância, mediante emprego de arma branca e de surpresa, a dificultar sua defesa, só poderia ser mesmo o fechado, sem o que não haveria suficiente reprovação e prevenção para o crime.*

*6. A manutenção da prisão preventiva foi bem fundamentada na sentença hostilizada, indicando a permanência dos motivos que ensejaram sua*

*decretação destacando-se, especificamente, o fato de o réu ter demonstrado sua intenção de se furtar à aplicação da lei penal, tendo o feito sido inclusive suspenso com fulcro no artigo 366 do Código de Processo Penal.*

*E, de fato, as circunstâncias concretas do crime apontam para a necessidade da custódia cautelar do acusado para a garantia da ordem pública e para se assegurar a integridade física e psíquica da vítima.*

*De resto, não se mostra razoável desconstituir-se a custódia cautelar por ocasião da sentença condenatória se o réu permaneceu preso durante todo o transcorrer do processo e se subsistentes os motivos que ensejaram a decretação da segregação provisória, vale dizer, se não alterado substancialmente o quadro no qual veio assentada a decretação da prisão preventiva (STF, HC nº 95.685, rel. Min. Ellen Gracie; HC nº 89.824, rel. Min. Carlos Brito; STJ, HC nº 175.538, rel. Min. Marco Aurélio Belizze; HC nº 192.024, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; HC nº 114.916, rel. Min. Laurita Vaz).*

*Não se olvida que a Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça sugere uma série de medidas destinadas a evitar a disseminação da pandemia de COVID-19 no sistema penitenciário nacional.*

*A implementação destas medidas, porém, está condicionada a uma análise das circunstâncias envolvendo o caso concreto; e, no caso em apreço, não se tem um cenário a descortinar que a manutenção da custódia cautelar do paciente à luz das particularidades acima indicadas configure constrangimento ilegal, a justificar sua revogação.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência